

Lúcio Flávio Pinto

A AGENDA AMAZÔNICA DE UM JORNALISMO DE COMBATE

PESQUISA

Pesquisa

 [Início](#) [Assinar](#)[ASSINATURA](#) [O DETALHE](#) [PERFIL](#) [SOBRE](#)

// você está lendo...

GOVERNO

As fraudes do Igeprev

PUBLICADO POR LÚCIO FLÁVIO PINTO · 8 DE MARÇO DE 2024 · DEIXE UM COMENTÁRIO

Se o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas e a Controladoria Geral do Estado fossem instituições sérias, independentes, técnicas, cumpridoras dos seus deveres, elas deveriam pedir ou determinar uma rigorosa investigação no Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará.

Na edição de hoje do Diário Oficial, o Igeprev, que administra bilhões de reais de dezenas de servidores públicos estaduais prova que pratica fraudes na sua atividade. De uma só vez, o órgão publica as atas de sete reuniões do seu conselho fiscal. Com datas retroativas a janeiro do ano passado, chegam até setembro de 2023. O colegiado aprovou os balanços contábeis referentes a esse período, “que subsidiará a avaliação da Prestação de Contas do IGEPREV do exercício de 2022”.

A ata da sessão informa que os conselheiros “receberam a documentação e efetuarão a análise para posterior emissão de Parecer acerca da Prestação de Contas”.

As sessões seguintes, todas elas publicadas hoje, os conselheiros aprovaram os relatórios mensais de Avaliação da Carteira de Investimentos do IGEPPS. A primeira sessão abrangeu os meses de novembro e dezembro de 2022. O relatório submetido aos conselheiros continha as seguintes análises:

Carteira Global IGEPREV/PA em novembro e dezembro de 2022; Monitoramento do cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Investimento 2022; As estratégias planejadas para o mês de novembro e dezembro de 2022; Composição dos fundos de investimento, movimentação e evolução da Carteira FUNPREV em novembro e dezembro de 2022; Composição dos fundos de investimento, movimentação e evolução da Carteira FINANPREV em novembro e dezembro de 2022; Utilização dos recursos da Taxa de Administração em novembro e dezembro de 2022; Transferência de rendimento do FUNPREV para o FINANPREV, em atendimento à Lei Complementar nº 125/2019, em novembro e dezembro de 2022; Cenário Econômico Nacional e Internacional e os indicadores econômicos de novembro e dezembro de 2022; Desempenho da Carteira de Investimento do FUNPREV em relação à Meta Atuarial em novembro e dezembro de 2022; As estratégias de alocação dos recursos previdenciários de acordo com as propostas do Núcleo Gestor de Investimentos, em novembro e dezembro de 2022; A volatilidade das estratégias adotadas em novembro e dezembro de 2022; Avaliação de risco e retorno dos fundos de investimentos do portfólio em novembro e dezembro de 2022; Monitoramento técnico realizado pelo NUGIN em novembro e dezembro de 2022”.

Os conselheiros “apresentaram suas dúvidas e considerações acerca dos Relatórios disponibilizados, as quais foram devidamente esclarecidas pelo Coordenador do Núcleo Gestor de Investimentos, opinando pela aprovação dos mesmos”.

Os conselheiros “deliberaram pela aprovação do Calendário Anual de Reuniões de 2023, nas seguintes datas: 27/02/2023, 29/03/2023, 26/04/2023, 31/05/2023, 28/06/2023, 26/07/2023, 30/08/2023, 27/09/2023, 25/10/2023, 29/11/2023 e 13/12/2023”.

Além da pantomima da reconstituição da reunião pós-fato, com atraso de mais de um ano da sua efetiva publicação, uma prática de extrema gravidade é apresentada como se fosse normal, rotineira, habitual. No entanto, foi essa a primeira vez que todos esses dados deixaram de ser publicados, na íntegra, no Diário Oficial.

Como na forma fraudulenta adotado há apenas o relato das análises apresentadas aos integrantes do conselho fiscal, sem o seu conteúdo, mesmo que resumido, nem mesmo os raros servidores públicos do Estado que recolhem suas contribuições previdenciárias poderão saber do uso do seu dinheiro pelo instituto. Esses dados passaram a ser secretos. Essa prática, além de irregular, pode acobertar crime no uso de recursos públicos.

A sessão seguinte do colegiado foi dedicada a avaliar as contas do Igeprev referentes ao exercício de 2022. O presidente da sessão e representante do governo, Henrique Pereira Mascarenhas, informou que “toda a documentação necessária à avaliação foi disponibilizada previamente a todos os Conselheiros”. E também que “os Coordenadores de Planejamento (senhora Iris Raio), Arrecadação (senhor Marcelo Rodrigues) e Finanças (senhor Ivaldo Baia) do IGEPREV estão presentes na reunião para esclarecer quaisquer dúvidas do Colegiado quanto à documentação apresentada”.

Os documentos enviados ao colegiado foram “os relatórios de investimento, demonstrações financeiras e contábeis, balanços, balancetes, fluxo de caixa, conciliações bancárias, informações referentes aos benefícios concedidos, valor da folha de pagamento, valor médio pago aos inativos e pensionistas, informações sobre o montante que o Estado aporta para o Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV) e a composição da Carteira de Investimentos do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV)”.

Após análise das documentações disponibilizadas, os conselheiros “verificaram a necessidade de apresentação de Nota Técnica, por parte dos Coordenadores presentes, a fim de esclarecer algumas variações e informações contidas nas contas contábeis do exercício 2022”.

Os coordenadores “esclareceram ponto a ponto as dúvidas do Colegiado relacionadas a: Contas Patrimoniais (Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques, Almoxarifado, Bens Imóveis); Contas de Resultado (Contribuições Sociais, Compensação Financeira entre RGPS e RPPS,

Serviços Terceirizados PJ); Avaliação Atuarial".

Diante dos esclarecimentos, os conselheiros "concluíram que a documentação apresentada está de acordo com as normas de avaliação, opinando pela aprovação das contas do IGEPREV referentes ao exercício de 2022". Também solicitaram a apresentação de Nota Técnica descritiva de todos os pontos esclarecidos na reunião, "a fim de que possam emitir o Parecer de Aprovação das Contas do IGEPREV referentes ao exercício de 2022, bem como o Relatório do Núcleo de Controle Interno".

Na ocasião, os conselheiros "parabenizaram a Gestão do IGEPREV pela responsabilidade e seriedade com a condução dos trabalhos, bem como pela transparência dada a todas as ações desenvolvidas ao longo do ano de 2022".

Em sessão posterior do conselho, o seu presidente apresentou ao colegiado a minuta do projeto de lei para pagamento de jeton, projeto que estava sendo desenvolvida pelo conselho para "a criação de retribuição pela dedicação extraordinária desempenhada pelos Conselheiros, solicitando que a mesma seja analisada e revisada por todos os membros, a fim de que apresentem suas ponderações e considerações acerca do projeto na próxima reunião do Colegiado", ainda não publicada.

Na mesma sessão, o técnico em estatística e atuária, Utan Dias Lima, ressaltou "a importância do resultado da avaliação atuarial para a sociedade, possibilitando maior entendimento do custeio do regime de previdência, sendo necessário que seja cada vez mais ampliado o acesso a este tema, de tamanha importância na vida dos segurados do RPPS".

O Igeprev ignorou a recomendação.

INTEGRANTES DO CONSELHO FISCAL

Henrique Pereira Mascarenhas Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho) Fabricio Pereira Medeiros Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente) Miguel Evangelista Miranda da Cruz Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular) Ingrid da Silva Alencar Lima Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular) Jefferson Rosa Coelho Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular) Marcus Vinicius Gomes Holanda Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular) Ten. Cel. QOPM Alessandro Cesar Capistrano Neves Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).